

Nº 433 - ABRIL, 26º ANO

2024

**BOLETIM
INFORMATIVO**
**PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO DO PARÁ**



ESAP@PGE.PA.GOV.BR

(91) 3344 - 2771

R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos, Belém/PA.

Nº 433 – ABRIL DE 2024, 26º ANO

EDITORIAL

Olá!

A Escola Superior de Advocacia Pública da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (ESAP-PGE/PA) organizou muitos eventos no mês de abril, voltados para o quadro interno e para o público em geral.

No dia 10 ocorreu a visita guiada de alunos do Curso de Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA) pela sede da PGE/PA, integrando as atividades ligadas à disciplina “Prática de Extensão I”, ministrada pela professora Ana Cláudia Cruz da Silva. Os alunos finalizaram a visita participando da palestra ministrada pela procuradora Gabriella Dinelly, no Auditório Olyntho Contente, sobre as funções institucionais da Procuradoria.



**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS -
PRINCIPAIS ASPECTOS DO DECRETO
ESTADUAL N. 3.813/2024**

**INSTRUTORES: GUSTAVO TAVARES MONTEIRO,
BRUNO SALOMÃO E DELCIENE LOUREIRO CORRÊA**

**16 DE ABRIL DE 2024
9h ÀS 11h**

AUDITÓRIO DA PGE

**MODALIDADE: HÍBRIDO
PÚBLICO ALVO: SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS
QUE ATUAM NA ÁREA JURÍDICA E/OU NA GESTÃO E
FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS**

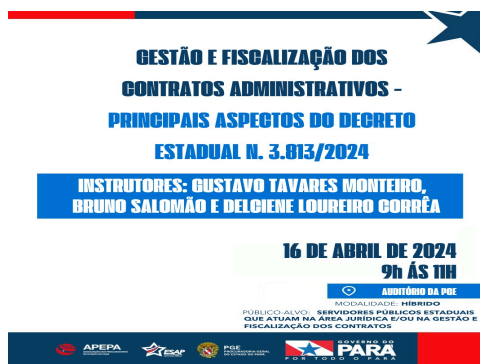
A palestra “Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos - Principais Aspectos do Decreto Estadual 8.813/2024”, foi realizada no dia 16, sendo ministrada pelos Procuradores do Estado Gustavo Tavares Monteiro e Bruno Salomão. O evento foi direcionado a servidores públicos estaduais que atuam na área jurídica e/ou na gestão e fiscalização dos contratos, e contou com um número grande de participantes, no formato presencial e on-line.

No dia 19 ocorreu mais um Workshop de Alimentação Saudável, no refeitório do órgão, sob o comando da nutricionista Patrícia Azevedo Burlamaqui Freire. O foco principal foi repassar para os participantes o “Protocolo Detox”. Organizado pelo Grupo de Trabalho Qualidade de Vida no Trabalho, faz parte das iniciativas institucionais para reforçar uma cultura saudável dentro dos quadros da instituição.



Na mesma data ocorreu o Workshop de Reforma Tributária, ministrado por Luciana Marques Vieira da Silva Oliveira, Procuradora da PGE/DF. O evento teve como objetivo apresentar os principais pontos da reforma tributária, que entrou no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Emenda Constitucional 132 de 2023. Foi realizado na modalidade online, apenas para servidores e procuradores da área fiscal.

Em 22 de abril foi realizado o treinamento “Ferramentas de Inteligência Artificial da Advocacia Pública”, pela Procuradora Lilian Haber. O treinamento teve como objetivo a capacitação dos advogados públicos para o uso das novas tecnologias. Ocorreu na sala de treinamento da PGE/PA, em modalidade presencial e foi direcionado para área-fim.



**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS -
PRINCIPAIS ASPECTOS DO DECRETO
ESTADUAL N. 3.013/2024**

**INSTRUTORES: GUSTAVO TAVARES MONTEIRO,
BRUNO SALOMÃO E DELCIENE LOUREIRO CORRÊA**

**16 DE ABRIL DE 2024
9h ÀS 11h**

AUDITÓRIO DA PGE

MODALIDADE: HÍBRIDO

PÚBLICO-ALVO: SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS
QUE ATUAM NA ÁREA JURÍDICA E/OU NA GESTÃO E
FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

GOVERNO DO
PARÁ
POR TODO O PARÁ

Entre os dias 22 e 25 foi realizado o curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. O evento foi realizado apenas na modalidade presencial e direcionado para servidores da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado (SECTEC), abordando os principais aspectos da Lei Federal nº 14.133/2021, incluindo as dispensas eletrônicas.

No dia 26 iniciou a aplicação do “Protocolo ACT - um caminho possível para a saúde mental” nesta PGE/PA. O protocolo é conduzido pela Psicóloga Lea Sales e os encontros são exclusivamente presenciais. O projeto atuará na saúde mental individual e coletiva da comunidade do órgão, contemplando prevenção e melhora de relacionamentos interpessoais, clima e práticas de convivência. No desenvolvimento dos trabalhos serão abarcados três pilares: 1) Diagnóstico, prevenção e evolução; 2) Intervenção e Relatório de desenvolvimento; 3) e Direcionamentos. Essa é mais uma ação do GT Qualidade de Vida no Trabalho e trata-se de um projeto inovador no âmbito da Administração Pública Estadual.



PROTOCOLO ACT
ON A PGE/PA

um caminho possível para a saúde mental

O projeto atuará na saúde mental individual e coletiva da comunidade PGE, contemplando prevenção e melhora de relacionamentos interpessoais, clima e práticas de convivência a partir de três pilares:

- ✦ Diagnóstico, prevenção e evolução
- ✦ Intervenção
- ✦ Relatório de desenvolvimento e direcionamentos

Condução: Psicóloga Lea Sales
Local: Auditório da PGE - Vagas: 60

ENCONTROS EXCLUSIVAMENTE PRESENCIAIS	Horário: 9h às 12h 26 e 30 de abril 03, 06 e 10 de maio
--------------------------------------	---

ESAP
GOVERNO DO PARÁ
PGE
GOVERNO DO PARÁ



No que tange a legislação federal, pode-se destacar o Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024, que estabelece normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos. O diploma legal se aplica para integrantes do Poder

Executivo na esfera federal e estabelece um questionário prévio antes da elaboração dos atos normativos.

Adicionalmente, a Lei nº 14.847, de 25 de abril de 2024, estabelece como direito das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar o atendimento privativo e individualizado dentro do Sistema Único de Saúde (SUS).

No que tange a legislação estadual, destaca-se a Emenda Constitucional nº 90, de 26 de março de 2024, que deu nova redação ao caput do art. 128 da Constituição Estadual, prevendo que o Governador e o Vice-Governador tomam posse no dia 6 de janeiro do ano subsequente ao da eleição, em Sessão Solene da Assembleia Legislativa e, se esta não estiver reunida, perante o Tribunal de Justiça do Estado.



Ainda no campo da legislação estadual, importante mencionar o Decreto nº 3.813, de 1º abril de 2024, que regulamentou a gestão e fiscalização de contratos administrativos no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado do Pará.

A Lei nº 10.450, de 10 abril de 2024, assegura à pessoa em tratamento oncológico assento preferencial na rede de transporte público estadual. Para fins de comprovação, o paciente deverá estar munido de declaração médica que ateste a sua condição.

Por Decreto do Governamental, em 26 de abril de 2024, o Procurador-Geral do Estado Ricardo Nasser Sefer foi chamado para integrar, como representante do governo, o Conselho Estadual de Educação (CEE).

Além disso, em 25 de abril de 2024, por meio da Portaria nº 020/2024, do Gabinete da Polícia Civil, foi outorgada a “Láurea de Mérito Pessoal” para a Dra. Adriana Franco Borges Gouveia, Procuradora-Geral Adjunta Administrativa da PGE-PA.

Por fim, destaque para o Decreto de 29 de abril de 2024, publicado no DOE nº 35.082, por meio do qual foi concedida a “Medalha do Mérito Policial Civil” à Dra. Ana Carolina Lobo Gluck Paul,

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso desta PGE-PA, pelos relevantes serviços dispensados em favor da Polícia Civil do Estado do Pará.

Dentro do ordenamento normativo da PGE/PA, no dia 4 de abril foi publicado o Edital nº 9 – PGE/PA, tornando públicos o resultado final na avaliação de títulos e o resultado final no concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva no cargo de Procurador do Estado do Pará. Os aprovados foram Breno José Antônio Góes Cruz, Anna Laura Maneschy Fadel, Breno Lobato Cardoso, Napoleão Nicolau da Costa Neto, Jaime Fernandes de Mattos Júnior, Francisco Raylan Vale Almeida, Luiz Felipe Negrão Maués, Franklin Daywyson Jaques do Mont Serrat Andrade, Ana Vitória dos Santos Vasconcelos Boguea e Adriano da Silva Santos Filho.

Em relação à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), destaque para a Proposta de Afetação como Repetitivo no Recurso Especial nº 2.054.759. Na decisão, a Primeira Seção do STJ trata da delimitação da questão de direito controvertida como sendo: “admissibilidade de ação rescisória para adequar julgado à modulação de efeitos estabelecida no Tema n. 69 da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal”.

No que tange ao Supremo Tribunal Federal (STF), é importante citar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.331, que estabeleceu que é inconstitucional dispositivo da Constituição Estadual de Pernambuco que torna obrigatório que todos os municípios do Estado tenham Procuradorias-Gerais. Conforme o STF, não há nenhum dispositivo na Constituição Federal que vincule municípios a um específico modelo de representação judicial e o Estado-Membro não pode instituir isso.

A ESAP agradece as doações de livros recebidas este mês, em especial à procuradora Fabíola de Melo Siems pelas obras “Processo Administrativo Federal”, de José dos Santos Carvalho Filho e “Comentários ao Regime Jurídico Único dos Servidores”, de Ivan Barbosa Rigolin. Ademais, foram recebidas as edições mais recentes das revistas da Procuradoria-Geral do Rio de Janeiro e da Bonijuris, e edição 43/2023 da Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas.

Além desses, foram doados os livros “Curso de Direito Processual Civil”, “Medidas Executivas Atípicas” e “Negócios Jurídicos Processuais” de Fredie Didier Jr., “Federal Rules of Civil Procedure” de Kevin Clermont, “Eficácia das Sentenças na Jurisdição Constitucional” de Teori Zavascki, “Provas no Direito Digital” de Rennan Thamay. “Direito Econômico” de Lafayette Josué Petter, “Princípios Constitucionais do Direito da Sociedade de Informação” de Celso Antonio Pacheco Fiorillo, “Direito

Internacional Público e Privado” de Paulo Henrique Gonçalves Portela, “Convenções Processuais” de Antonio do Passo Cabral e “Norma de Processo e Norma de Procedimento” de Paula Sarno Braga.

Boa Leitura!

SUMÁRIO

1 EDITORIAL	1
2 DOCTRINAS	7
2.1 CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	7
2.2 FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO	7
2.3 DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO	8
2.4 CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	8
2.5 TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	9
3 JURISPRUDÊNCIAS SELECIONADAS	10
4 EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO	13
5 DESTAQUES JURÍDICOS ESAP 2023	14
6 ACERVO DIGITAL ESAP	16
7 BIBLIOTECAS DIGITAIS	17
8 CURSOS INTERNOS YOUTUBE	19
8 EVENTOS E CURSOS INTERNOS	19
9 EVENTOS E CURSOS EXTERNOS	20
10 SITES COM CURSOS ONLINE GRATUITOS	21

DOCTRINAS

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

[A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE REPRESSIVO PELO DESCUMPRIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESSENCIAIS INSERIDAS NO ORÇAMENTO](#)

Luciana de Jorge Gouvêa

[O CONFLITO ENTRE DIREITO E NORMAS NO USO DA CANNABIS O EMBATE ENTRE ESTADO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS ESTÁ NO CERNE DA APLICAÇÃO DE SUSTÂNCIA DERIVADA DA MACONHA NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS](#)

Caio Henrique de Moraes Cintra

[CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DO MANUAL DE FASE PREPARATÓRIA DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ](#)

Gustavo Tavares Monteiro

[CONTRATAÇÃO DIRETA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: BREVES REFLEXÕES](#)

Daniel Martins e Avelar e Mariana Bueno Resende

FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

[ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA E JURIMETRIA: ANÁLISE DE DADOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE CONFLITOS ARBITRÁVEIS](#)

Manoel Tavares de Menezes Netto e Sara Mendes Carcará

[AUTORREGULAÇÃO REGULADA DA INTEROPERABILIDADE ENTRE INFRAESTRUTURAS DE MERCADO FINANCEIRO](#)

Leonardo Antonacci Barone Santos

[NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A APLICAÇÃO DO LAW AND ECONOMICS AO DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL](#)

Marcela Fernandes Tavares

[REFORMA TRIBUTÁRIA CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS](#)

Gustavo Filipe Barbosa Garcia

DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

PARTICIPAÇÃO POPULAR, SMART CITIES E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Maria de Fátima Ribeiro, Livio Augusto de Carvalho Santos e Manuela Saker Morais

ADVOCACIA POPULAR: AÇÃO PARA ALÉM DA ADVOCACIA TRADICIONAL. ESTRATÉGIA PARA A PROTEÇÃO DO DIREITO À CIDADE E PROMOÇÃO DA JUSTIÇA URBANA

Nelson Saule Júnior e Celeste Melão

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO RURAL E PULVERIZAÇÃO AÉREA DE AGROTÓXICOS NA AGRICULTURA: O CASO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) 6137/2019

Dulcely Silva Franco, Norma Sueli Padilha e Guilherme Edson M. de Mello Cruz Pinto

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS

Adriana Silva Lúcio, Raquel Helena Ferraz e Silva e João Batista Moreira Pinto

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

A NECESSÁRIA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL NO BRASIL E O PAPEL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Luis Felipe Salomão e Luciano Oliveira de Moraes

DESAFIOS DO CHATGPT À LUZ DA PROPRIEDADE INTELECTUAL INTELECTUAL DE MÁQUINA

Guilherme Magalhães Martins, Adriana Rossini e Renata Capriolli Zocatelli Queiróz

SEGUROS DE RESPONSABILIDADE CIVIL COMO ALTERNATIVA AOS DANOS CAUSADOS PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Luciano Soares Silvestre e Marcos Ehrhardt Júnior

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS: UMA INVENÇÃO POLIFÔNICA (UMA VISÃO GERAL SOBRE A DECISÃO DE SANEAMENTO DO IRDR)

João Carlos Mendes de Abreu

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

A NATUREZA JURÍDICA DA LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DA SENTENÇA COLETIVA GENÉRICA NA JUSTIÇA DO TRABALHO

André Araújo Molina

DIREITO AO TRABALHO E OS NÔMADES DIGITAIS: AS RELAÇÕES DE TRABALHO EM EBULIÇÃO E AS MODERNAS INTERPRETAÇÕES ÀS GARANTIAS JUSCONSTITUCIONAIS

Gilberto Stürmer

O DIREITO DO TRABALHO E SUAS NOVAS FRONTEIRAS

Nelson Mannrich

O PAPEL DO ADVOGADO PREVIDENCIARISTA FRENTE AOS EXCLUÍDOS DIGITAIS E À INFORMATIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO PARA GARANTIA DO EFETIVO ACESSO À JUSTIÇA

Leila Cristina Caires Pires

JURISPRUDÊNCIAS SELECIONADAS

“

ProAfR no Recurso Especial 2054759/RS

Processual Civil. Tributário. Ação Rescisória. Admissibilidade para adequação de julgados à modulação estabelecida no Tema n. 69 da Repercussão Geral do STF. contribuições ao pis/pasep e cofins. icms na base de cálculo.

STJ

1. Delimitação da questão de direito controvertida como sendo:

"admissibilidade de ação rescisória para adequar julgado à modulação de efeitos estabelecida no Tema n. 69 da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal".

2. Multiplicidade efetiva ou potencial de processos com idêntica questão de direito demonstrada pelo despacho do Ministro Presidente da Comissão Gestora de Precedentes e demais informações constantes dos autos dos processos repetitivos (...)

ProAfR no RE 2054759– RS

“ **Ação Direta De Inconstitucionalidade 6.331/PE**
**Direito Constitucional. Obrigatoriedade da instituição
de Procuradorias a nível municipal.**

STF

É inconstitucional a interpretação de norma estadual que conduza à obrigatoriedade de implementação de Procuradorias municipais, eis que inexistente norma constitucional de reprodução obrigatória que vincule o poder legislativo municipal à criação de órgãos próprios de advocacia pública.

[JURISPRUDÊNCIA NA ÍNTEGRA AQUI](#)

“

AgInt no REsp 2.038.959/PR

Coisa julgada parcial. Capítulo da sentença. Data da impetração. Não influência. Cumprimento de parcela incontroversa. Cumprimento provisório de capítulo de sentença. Possibilidade. Coisa julgada parcial ou progressiva.

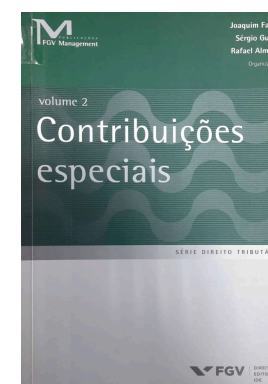
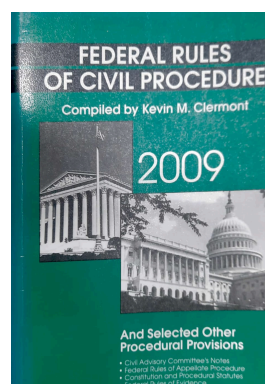
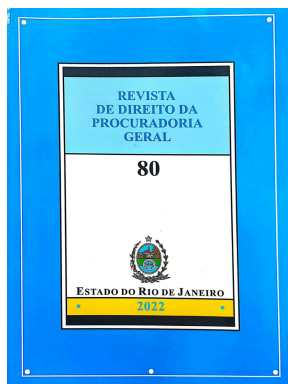
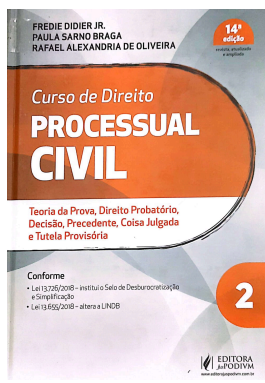
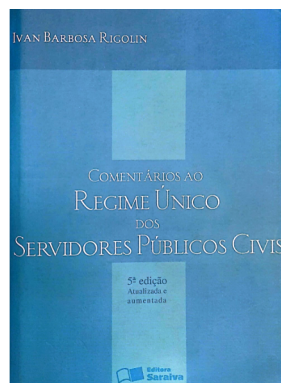
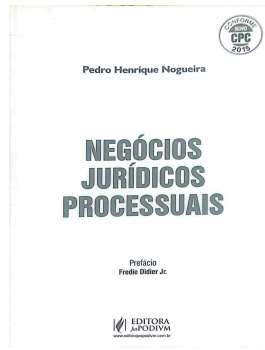
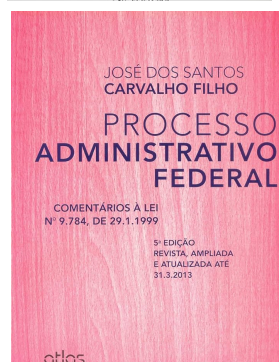
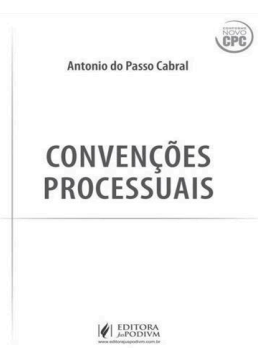
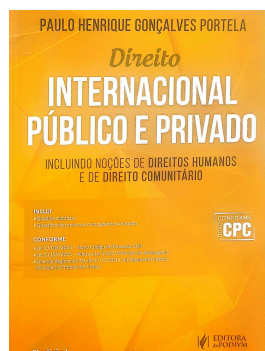
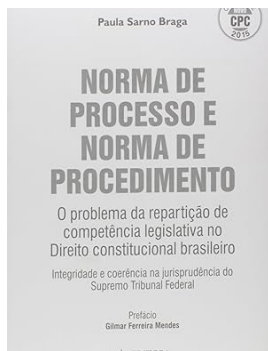
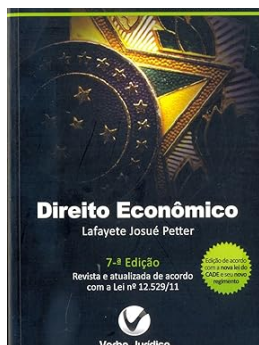
STJ

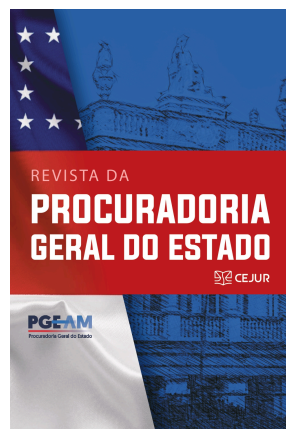
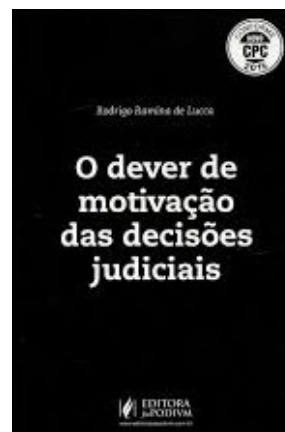
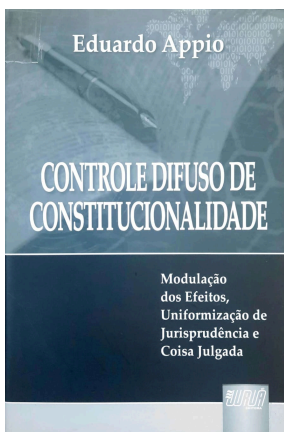
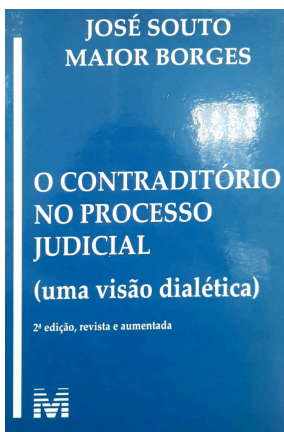
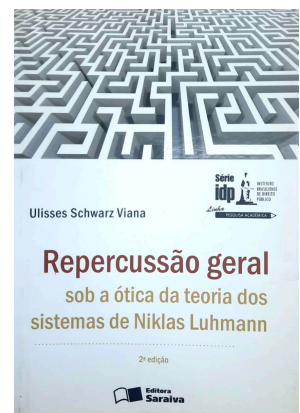
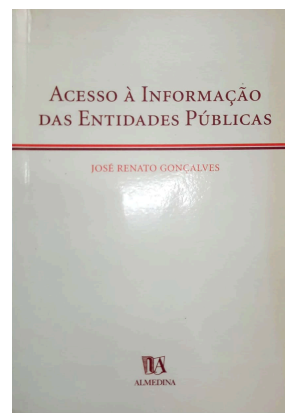
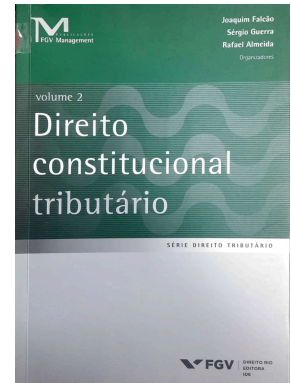
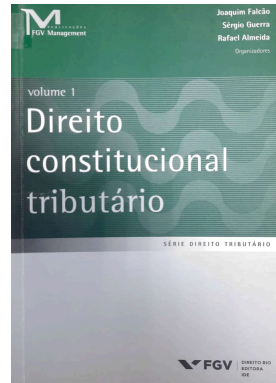
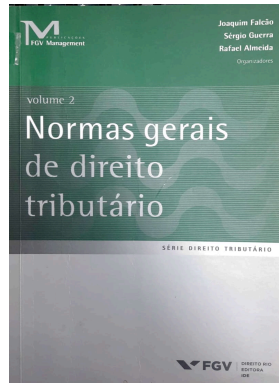
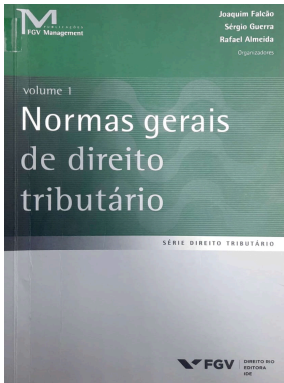
Cuida-se de Agravo Interno interposto contra decisão monocrática (fls. 228- 230, e-STJ) que deu provimento ao Recurso Especial da Fazenda Nacional por ser "incabível o trânsito em julgado de capítulos da sentença ou do acórdão em momentos distintos, a fim de evitar o tumulto processual decorrente de inúmeras coisas julgadas em um mesmo feito".

EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - MÊS DE ABRIL

LEGISLAÇÃO NACIONAL - ABRIL	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
LEGISLAÇÃO ESTADUAL - ABRIL	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
LEGISLAÇÃO PGE/PA - ABRIL	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES - ABRIL	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>

DESTAQUES JURÍDICOS ESAP - ABRIL





ACERVO DIGITAL ESAP

- [LIVROS](#)
- [PERIÓDICOS](#)
- [ARTIGOS](#)

BIBLIOTECAS DIGITAIS

PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO

- Periódicos; Livros Eletrônicos



BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

- Livros Eletrônicos



REVISTAS DOS TRIBUNAIS ONLINE

- Periódicos; Doutrinas; Jurisprudências



LEX EDITORA

- Periódicos; Legislações; Doutrinas



ZÊNITE

- Periódicos; Legislações; Doutrinas.



EVENTOS INTERNOS DISPONÍVEIS NO YOUTUBE - ABRIL

EVENTO	MODALIDADE	DATA	LINK
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - PRINCIPAIS ASPECTOS DO DECRETO ESTADUAL	HÍBRIDO	16/04/2024	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR

EVENTOS E CURSOS INTERNOS

EVENTO	FORMATO	DATA	ORGANIZADOR
EVENTO EM HOMENAGEM AO DIA DAS MÃES	PRESENCIAL	09/05/2024	ESAP
<u>TREINAMENTO DA PLATAFORMA DIGITAL FORUM</u>	ONLINE	13/05/2024	ESAP
<u>APRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE PROCESSUAL 'ATTUS'</u>	HÍBRIDO	13/05/2024	ESAP
2º TREINAMENTO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL TURMA 2 - NÍVEL INTERMEDIÁRIO	PRESENCIAL	15/05/2024	ESAP

EVENTOS E CURSOS EXTERNOS

EVENTO	MODO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
NOVA LEI DE LICITAÇÕES- CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021	ONLINE	04 A 07/06/2024	FÓRUM	ACESSE AQUI
29ª JORNADA INTERNACIONAL DE DIREITO - SUSTENTABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA NO CENTRO DA AGENDA JURÍDICA BRASILEIRA	PRESENCIAL	13,14 E 15/06/2024	JID	ACESSE AQUI
57º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM	PRESENCIAL	26 A 28/06/2024	ABIPEM	ACESSE AQUI
GERENCIAMENTO DE RISCOS NAS CONTRATAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E DAS ESTATAIS	ONLINE	15 A 17/07/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
JULGAMENTO DAS LICITAÇÕES NA NLLC: SOLUÇÃO PARA QUESTÕES APLICADAS	ONLINE	25, 26, 29 E 30/07/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI

MODALIDADES, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, MODOS DE DISPUTA, HABILITAÇÃO, SANEAMENTO DE VÍCIOS, PREFERÊNCIAS E DESEMPATE				
X CONGRESSO DE PROCESSO CIVIL DE FLORIANÓPOLIS	PRESENCIAL	08 E 09/08/2024	OAB/SC	ACESSE AQUI
XIX FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO & GESTÃO PÚBLICA	PRESENCIAL	21, 22 E 23/08/2024	FÓRUM	ACESSE AQUI

[PORTFÓLIO DE CAPACITAÇÕES 2024 JML](#)

[PORTFÓLIO DE CAPACITAÇÕES 2024 FORUM](#)

SITES COM CURSOS ONLINE GRATUITOS

- ESCOLA VIRTUAL DO GOVERNO
(<https://www.escolavirtual.gov.br/>)
- ESCOLA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR
(<https://www.defesadoconsumidor.gov.br/escolanacional>)
- CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)
(<https://www.cnj.jus.br/formacaoecapacitacao/cursos-abertos/>)
- SENADO
(<https://saberes.senado.leg.br/course/index.php?categoryid=134>)

- **FGV ONLINE**
(https://www5.fgv.br/fgvonline/Cursos/Gratuitos/?goback=.gde_1876153_member_208379733)
- **FUNDAÇÃO BRADESCO**
(<https://www.ev.org.br/cursos>)
- **ESAF – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**
(<https://antigomoodle27.ena.gov.br/course/index.php?categoryid=13>)

Para outros eventos e cursos acessar na rede a pasta virtual da ESAP

Expediente:

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

Apoio:

Ana Margarida Vianna, Luciano Júnior Silva da Silva, Ellen Cristina, Camilly Ribeiro, Landara Serrão Mendes, Marcíria de Almeida e Carlos Eduardo Ricarte.

Fechamento desta edição: 30/04/2024

